

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.871 - RJ (2019/0295118-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JADSON CARVALHO LINO
ADVOGADO : JADSON CARVALHO LINO - DF043395
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARIUS FRAGOSO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIUS FRAGOSO DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o paciente foi condenado nas sanções do art. 35 da Lei n.º 11.343/06, à pena de 4 anos de reclusão, em regime aberto, e 933 dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

Inconformados, a defesa e o Ministério Público interpuseram apelação perante a Corte de origem, a qual, em decisão por maioria, negou provimento ao recurso defensivo e deu provimento ao apelo ministerial para aumentar a pena-base do crime de associação para o tráfico de drogas, fixar o regime fechado para o cumprimento da pena, bem como afastar a substituição da pena corporal por restritivas de direito. Ao final, o acórdão determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor do paciente e demais corréus.

Na presente oportunidade, a defesa sustenta, em síntese, a ilegalidade da determinação de prisão do ora paciente, que só seria cabível, em tese, após o eventual trânsito em julgado da condenação, sobretudo quando demonstrado, *in casu*, que a jurisdição das instâncias ordinárias ainda não se esgotou, tendo sido oposto embargos infringentes contra o acórdão que negou provimento à apelação defensiva.

Acrescenta que *O Réu ANDRÉ VIEIRA CANEDO teve*

Superior Tribunal de Justiça

recentemente (11/06/2019), ordem de habeas corpus concedida junto ao STJ (e-STJ fl. 13), de modo que o paciente faz jus também à liberdade provisória, nos termos do art. 580 do CPP, na medida em que os motivos para a concessão do referido benefício àquele corréu não são de caráter exclusivamente pessoal.

Diante disso, requer, inclusive liminarmente, seja determinada a suspensão da execução provisória da pena enquanto não exauridas todas as vias recursais ordinárias.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, constata-se que o acórdão atacado amparou-se no novo entendimento do Supremo Tribunal Federal ao determinar a segregação do paciente.

De fato, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao denegar a ordem no *Habeas Corpus* n. 126.292, entendeu que a possibilidade de início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau não ofende o princípio constitucional da presunção da inocência. Para o Relator do caso, Ministro Teori Zavascki, a manutenção da sentença penal pela segunda instância encerra a análise de fatos e provas que assentaram a culpa do condenado, o que autoriza o início da execução da pena.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal fez ressalva expressa de que o cabimento da execução provisória somente seria possível após o esgotamento da jurisdição das instâncias ordinárias.

No caso, relata a defesa ter oposto recurso de embargos infringentes contra o acórdão que julgou a apelação. De fato, em consulta ao *site* da Corte *a quo*, constata-se a existência de embargos a serem julgados.

Desse modo, é o caso de deferimento da liminar para que o

Superior Tribunal de Justiça

paciente permaneça em liberdade até o efetivo encerramento do julgamento perante as instâncias ordinárias.

Diante desse contexto, **defiro** a liminar nos termos acima expostos para garantir ao paciente o direito de permanecer em liberdade até o exaurimento da jurisdição nas instâncias ordinárias.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o **envio da senha**, se for o caso, para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator